

APRESENTAÇÃO

Neste ano, em que comemoramos o 14^o. Aniversário da Revista Jurídica, temos a honra de comunicar aos Leitores que, entre 1997 e 2010, foram publicados mais de 200 artigos científicos, muitos da lavra de renomados juristas brasileiros e estrangeiros. Contamos com trabalhos oriundos de diversos Estados do Brasil e de outros países como: Alemanha, Argentina, Costa Rica, Espanha, México, Polônia e Portugal.

O êxito alcançado - em função da qualidade dos textos publicados - permite afirmar que a Revista Jurídica tem cumprido com sua missão de divulgar o conhecimento jurídico produzido por seus colaboradores, o que, pela nossa percepção, contribui para promover novas reflexões sobre o Direito e para atender às demandas do meio acadêmico.

Este número não foge à regra. Inicia com um trabalho de excelência, de autoria de Nardim Dacy Lemke, *O fundo empresarial*, no qual o autor apresenta controvérsias acerca da natureza jurídica e do conceito deste instituto, para depois concluir que é possível haver uma duplicidade relacionada à clientela que pode, eventualmente, pertencer a mais de um fundo da espécie.

No artigo *Crise e oportunidade*, Célio dos Santos Ribeiro, em síntese, destaca a ideia de liberdade a partir da mitologia e da filosofia, analisa o processo de transição histórica do teocentrismo para o antropocentrismo, e procura especificar as origens do Direito e suas implicações na sociedade moderna com a efetivação do poder estatal. Finaliza sua pesquisa com o exame da crise do Estado moderno ante a possibilidade de um novo modelo de sociedade.

Encontram-se, na seqüência, outras duas valiosas contribuições. Na primeira, Graziela Nasato examina os *Crimes contra a dignidade sexual* com fundamento nas alterações promovidas pela Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009. Na segunda, Paulo Ferrareze Filho estuda o delicado tema *Direito à morte*. Após contextualizar o assunto, com apoio na teoria do Direito que utiliza a hermenêutica de raiz filosófica, o autor busca especular qual o tratamento adequado que o ordenamento jurídico brasileiro poderia/deveria dar ao célebre caso do espanhol Ramón Sampedro.

Bruna Helaine Vieira aborda a disciplina jurídica do arresto executivo, instituto regulado por dispositivo legal próprio, mas que possui a mesma denominação aplicada a uma figura cautelar típica, o que gera dissenso doutrinário e pretoriano. Aline Menestrina pesquisou *A racionalização da atividade jurisdicional*, com o objetivo de sugerir maneiras

de torná-la mais eficiente para que possa alcançar todas as classes sociais e facilitar o acesso a todos os jurisdicionados que buscam a efetivação de seus direitos e o real sentido das palavras justiça e cidadania. Além disso, a autora faz considerações sobre formas de melhorar a atividade jurisdicional por meio da capacitação dos profissionais do Direito, pela redução de formalidades e, ainda, pela utilização do processo eletrônico e procedimentos dos Juizados Especiais.

Estamos certos de que os leitores estudiosos têm nesta Revista um instrumento ímpar de pesquisa. E, por falar em estudiosos, dedicamos esta edição ao Professor Renato Wolff, exemplo de Mestre a ser seguido pela excelência de mais de três décadas e meia de profícuo magistério na nossa Universidade.

Resta-nos, por fim, agradecer a todos os autores que contribuíram com suas pesquisas, para que pudéssemos sustentar as publicações ininterruptas deste periódico até hoje. Agradecemos também ao professor Leonardo Beduschi pelas traduções de textos para o idioma inglês, desta edição e de outras.

Desejamos proveitosa leitura!

Prof. Dr. Nelson Nones

Editor